

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

ORGANIZAÇÕES EM REDE E TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: O CASO DE UMA REDE COLABORATIVA EM FORMAÇÃO

Schirlei Stock Ramos (Universidade Federal de Santa Maria) - schirleistock@yahoo.com.br
outoranda no Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA/UFSM) . Mestra em Gestão de Organizações Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Administração (PPGOP/UFSM). Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especia

Debora Bobsin (Universidade federal de Santa Maria) - deborabobsin@gmail.com
Doutora em Administração pela Escola de Administração - UFRGS (2012). Professora do Departamento de Ciências Administrativas (DCA/CCSH/UFSM)

ORGANIZAÇÕES EM REDE E TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: O CASO DE UMA REDE COLABORATIVA EM FORMAÇÃO

Resumo

Este estudo de caso investigou as motivações para a formação de uma Rede Colaborativa, suas bases estruturantes, e as influências dessa Rede no contexto local, destacando o papel, na sociedade, das redes colaborativas como estratégias sociocriativas capazes de promover a Inovação Social (IS). A partir dessas reflexões, esta pesquisa destaca como **a adoção de redes de colaboração influencia a IS?**

A relevância deste estudo é abrir um espaço de reflexão multidisciplinar, articulando bases teóricas da Teoria da Estruturação (TE) e da IS. Buscou-se trazer para a centralidade do debate o papel dos agentes e dos processos sociocriativos no desenvolvimento local. Como resultado das discussões, emerge o poder de agência. Esse poder identificado na integração social da Rede, apresentou como pressupostos legitimadores construtos relacionados à *memória, identidade e representação* de elementos culturais intangíveis vinculados tanto a história cultural local quanto aos objetivos finalísticos da Rede. É necessário ainda esclarecer que para a TE, lente teórica escolhida para as análises, o poder de agência não é experiência individual do ator, nem qualquer forma de totalidade social e sim “práticas sociais ordenadas no tempo e espaço” (GIDDENS,2009). Sugere-se como estudos futuros a investigação sobre o nível de consciência desses agentes sobre o poder de agência que detêm, e de como essa apropriação teórico-empírica poderia influenciar o comportamento dos agentes para maximizar o desempenho da Rede em promover a IS.

Palavras-Chave: Teoria da Estruturação, Inovação Social; Redes colaborativas; desenvolvimento local; Economia criativa.

NETWORK ORGANIZATIONS AND STRUCTURING THEORY: THE CASE OF A COLLABORATIVE NETWORK IN TRAINING

Abstract

This case study investigated the motivations for the formation of a Collaborative Network, its structuring bases, and the influences of this Network in the local context highlighting the role, in society, of collaborative networks as sociocultural strategies capable of promoting Social Innovation (IS). This research highlights how the adoption of collaboration networks influences IS? The relevance of this study is to open a space for multidisciplinary reflection, articulating theoretical bases of Structuring Theory (TE) and IS. It was tried to bring to the centrality of the debate the role of the agents and the socio-creative processes in the local development. As a result of the discussions, agency power emerges. This power identified in the social integration of the Network, presented as legitimate presuppositions constructs related to the memory, identity and representation of intangible cultural elements linked to both the local cultural history and

the network's final objectives. It is also necessary to clarify that for TE, the theoretical lens chosen for the analysis, agency power is not the actor's individual experience, nor any form of social totality but "social practices ordered in time and space" (GIDDENS, 2009). It is suggested as future studies the investigation of the level of consciousness of these agents about the agency power they hold, and of how this theoretical-empirical appropriation could influence the behavior of the agents to maximize the Network's performance in promoting IS.

Key Words: *Structuring theory, Social Innovation; Collaborative Networks; Local Development; Creative Economy.*

INTRODUÇÃO

Na teoria da estruturação (TE), considera-se “estrutura” o conjunto de regras e recursos implicados de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e espaço (GIDDENS, 2009, p.35). Assim, na conceituação de Giddens (2009) “estrutura” significa algo diferente de seu uso habitual nas ciências sociais. Convergir esta abordagem para a *práxis* organizacional, implica compreender de modo empírico como as estruturas sociais, em contextos específicos, se constituem e se legitimam por meio de “ação e estrutura”, *pari passu* que influenciam e se integram na sociedade.

Com esta perspectiva teórica este estudo propôs a **identificar e analisar possíveis Inovações Sociais (IS) que pudessem resultar das interações colaborativas em rede**. Para tanto, partiu-se do exame de dois aspectos considerados por Giddens (2009) como mais relevantes para a teoria social. O primeiro refere-se dimensão tempo e espaço, ou seja, à “integração social”, observando-se neste ponto as intersecções, estratégias e práticas de estruturação de uma rede colaborativa. O segundo aspecto, refere-se a dualidade de estrutura que contemplou à observação da “integração de sistema” no que se refere a reciprocidade entre atores ou coletividades, e como estes atores estabelecem conexão e reciprocidade para a integração social. Neste estudo, a teoria da estruturação é a lente teórica utilizada para compreender a construção de redes colaborativas a partir da interação social.

No exame das noções essenciais de “ação e estrutura, ” enunciadas por Giddens (2009), aplicado ao campo organizacional, este estudo realiza a análise de REDES COLABORATIVAS que se exteriorizam na sociedade enunciadas como estratégias sociocriativas capazes de promover a IS. Assim, no que se refere à colaboratividade da rede, por criarem algo juntas os participantes aprendem algo novo, seja pela interação, ou pelo conhecimento de natureza interdisciplinar que é compartilhado. Tendo em vista esse importante papel que as redes colaborativas podem cumprir no funcionamento e na estruturação da IS, salienta-se o papel da rede colaborativa no reconhecimento de que o contexto social, formado pela convergência de tecnologias, a globalização e a insatisfação com o atual quadro socioeconômico mundial, atribui à criatividade o papel de motivar e embasar novos modelos de negócios, processos organizacionais em uma arquitetura institucional que galvaniza setores e agentes econômicos e sociais (REIS, *et. al.* 2011).

1.Redes Colaborativas

Embora se verifique o crescente interesse pelas formas de organização em rede, a emergência desse conceito de redes nas ciências sociais não é fenômeno recente. Os primeiros estudos fundamentados na noção da existência de uma estrutura relacional multicêntrica subjacente à organização, remontam a década de 1930 quando surgiram trabalhos baseados no desenvolvimento da sociometria (FLEURY, 2011). Segundo esta autora, essa técnica sociométrica proposta por Jacob Moreno (1934) foi alicerçada teoricamente nos estudos de psicologia social e buscava descrever e analisar a estrutura interpessoal presente no comportamento de pequenos grupos.

Os desenvolvimentos posteriores desta técnica evidenciaram sua sofisticação conceitual, ao incorporar instrumentos matemáticos e estatísticos, possibilitando sua adesão em diversas áreas das ciências sociais, como nos estudos antropológicos, políticos e organizacionais. Destaca-se que a sociologia estuda as redes de movimentos sociais que integram diferentes atores, articulando o local e o global, o particular e o universal (SCHERER-WARREN, 1993). Já em administração, Albrecht (1994) definiu uma rede como a combinação de pessoas, tecnologia e conhecimento que substitui a corporação hierarquizada e o modelo fordista, baseado em trabalho, capital e gerenciamento.

Entretanto, em uma abordagem mais abrangente para os estudos organizacionais, Castells (1996), considera para analisar as redes o surgimento da internet e a sociedade da informação. Esse autor defende que na sociedade informacional as relações sociais estão mediadas em graus cada vez maiores por tecnologia da informação e comunicação, conectando, o local e o global; o espaço e os lugares e os espaços e os fluxos. Abre-se neste viés a discussão do significado social do espaço e tempo na estruturação de redes. Deste modo, a tecnologia informacional como mediadora de colaboração, torna a rede colaborativa uma rede de relações, entre indivíduos ou grupos de indivíduos, que se baseia fundamentalmente em processos colaborativos mediados por tecnologias de informação (CASTELLS, 2005, p. 209).

Por fim, em uma abordagem de gestão de redes colaborativas, Fleury (2011) destaca que o estabelecimento de canais de comunicação entre os membros de uma rede é crucial para o desenvolvimento de valores e objetivos coletivos, uma vez que possibilita uma teia de interdependências e o fortalecimento da coordenação Inter organizacional, preservando-se assim o equilíbrio da Rede (FLEURY, 2011, p.31).

2.2Teoria da Estruturação (TE)

A estrutura evidencia a reprodução social de regras e recursos, de modo que ao reproduzir continuamente as relações sociais forma estruturas estabilizadas no tempo e espaço (GIDDENS, 2009). Desta forma, a estrutura não é algo dado, e o processo de estruturação envolve compreender como as estruturas se institucionalizam e se reproduzem, tornando-se práticas sociais regulares. A dualidade entre a ação e a estrutura é um aspecto chave para a compreensão dos fenômenos sociais, incorporando uma perspectiva temporal, compreendendo a ambiguidade das influências recíprocas entre indivíduos e os sistemas sociais (GREGOR e JOHNSTON, 2000; POZZEBON e PINSONNEAULT, 2001).

A dualidade da estrutura reforça o caráter recursivo das práticas sociais, pois as propriedades estruturais dos sistemas sociais, ao mesmo tempo, em que são meios para efetivar as interações, são, também, resultados dessas interações.As dimensões da dualidade da estrutura estão representadas na Figura 1 (Giddens, 2009).

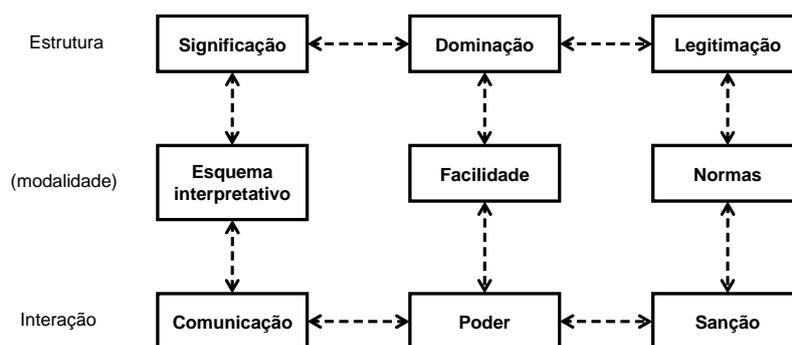


Figura 1. Dimensões da dualidade da estrutura

Fonte: Guiddens (2009).

As modalidades mediam a ação (interação) e a estrutura, e compreendem aos esquemas interpretativos utilizados na comunicação de significados, os recursos usados nas relações de poder e as normas aplicadas para a sanção do comportamento social. As dimensões da estrutura envolvem a significação, dominação e legitimação: a significação se efetiva nos atos comunicacionais, enquanto a dominação envolve o exercício do poder e a legitimação destaca as sanções sociais.

A comunicação de significado, as relações de poder e as sanções normativas ocorrem simultaneamente nas práticas e interações sociais. A dualidade da estrutura é fundamental para a estruturação, pois evidencia a reciprocidade existente entre a ação e estrutura, pois a estrutura é meio e resultado das interações, de modo que, as regras e recursos influenciam e são influenciadas pelas ações (SEWELL JR., 1992; GREGOR e JOHNSTON, 2000).

A Teoria da Estruturação possibilita que a presente pesquisa observe a recursividade das interações nas redes colaborativas, investigando as mesmas ao longo do tempo e observando como as ações se regularizam e se tornam recorrentes, constituindo estruturas e gerando processos de inovação social. Portanto, a TE é adotada por permitir observar as redes colaborativas e a inovação social como processos ativos e dinâmicos.

2.1 Inovação Social (IS)

A ideia de IS por muito tempo esteve quase que exclusivamente associada ao domínio tecnológico (IT). Contudo, as perspectivas mais recentes afastam definitivamente a IS da IT, atribuindo-lhe uma natureza não mercantil, um caráter coletivo e uma intenção que gera inovação e benefício para toda a sociedade. Aprofundando a reflexão sobre a IS podemos verificar que:

A inovação é um processo de procura, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação, e, adoção efetiva de novos produtos, de novos processos de produção ou novos arranjos organizacionais. A inovação envolve uma atividade intrinsecamente incerta de pesquisa e solução de problemas, baseada em variadas combinações de conhecimentos públicos e privados, princípios científicos gerais e experiências idiossincráticas, procedimentos sistematizados e competências tácitas (DOSI, 1988 *apud* FLEURY, 2001, p.06).

Uma grande parte dos autores atribui o significado da IS como um processo que se desenvolve fora do mercado e frequentemente também sem a intervenção direta do Estado e que visa prioritariamente à inclusão social (ABREU, 2006). Verifica-se, portanto, que a IS não se relaciona apenas com a capacidade de criar novos produtos para a

sociedade, mas também e, sobretudo, a novos modos de tratar, conceber e reagir às situações a que os indivíduos estão submetidos dentro da organização social. Assim, a IS pode ser entendida também como uma construção histórica, uma evolução dos valores e dos arranjos organizacionais que as possibilitam. Isso significa dizer que ela não é inata à condição humana e resulta sempre de disputas de interesses antagônicos que se dá na arena das instituições e organizações que dão suporte as relações e a ordem social estabelecida.

Para que esses produtos e processos sejam reconhecidos como IS o potencial da transformação social deve ser claramente identificado. Observa-se o conceito:

[...] Social Innovation - In both its product and process dimensions – is characterised by at least three forms of achievements, alone or combination, accomplished through some form of collective action, as opposed to individual action: **1.** It contributes to satisfy human needs not otherwise considered/satisfied. **2.** It increases access rights (e.g by political inclusiveness, redistributive policies, etc.). **3.** It enhances human capabilities (e.g by empowering particular social groups, increasing social capital, etc) (MARTINELLI, *et al*, 2003, p.47-48).

O conceito apresentado por Martinelli *et. al.* (2003), sobretudo, no que destaca o aumento de direitos e acessos por parte dos beneficiários da IS, pode, em parte, explicar porque ela tem sido considerada pelo terceiro setor e mesmo pelos governos como uma importante estratégia para superar os desafios da sociedade em promover a inclusão e o desenvolvimento territorial. Corroborando com estas abordagens André & Abreu (2006) afirmam:

[...] a inovação social como resposta nova e socialmente reconhecida, que visa e gera mudança social, liga-se, simultaneamente a três atributos: (i) satisfação das necessidades humanas não satisfeitas pelo mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou actores sujeitos, potencial ou efectivamente, a processos de exclusão marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa nas relações de poder. (ANDRE & ABREU, 2006)

Ao delinear as dimensões da IS, André & Abreu (2006) trazem quatro dimensões úteis para a operacionalização do conceito. Quais sejam:

- 1- **Natureza:** - **Essência** (o foco na mudança) - **Barreiras** (o que vai ser ameaçado com a inovação social); - **Âmbitos** (políticas, processos, e produtos através das quais se manifesta a inovação social); - **Domínios** (econômico, tecnológico, político, social, cultural, ético: onde emerge e se desenvolve a inovação social).
- 2- **Estímulos:** **Adversidades** (que a inovação social visa ultrapassar); - **Riscos** (que a inovação social visa mitigar); - **Desafios** (que a inovação social pretende responder); **Oportunidades** (que a inovação social procura aproveitar)
- 3- **Recursos e Dinâmicas:** **Recursos:** Conhecimentos e saberes, Qualificação, Informação, Comunicação. **-Capital relacional:** De proximidade geográfica: Comunidade local/ regional/nacional. Desterritorializado. **-Dinâmicas:** Institucionalização/ absorção. Mantém em quadro não institucional- gera outra inovação. Esgotamento (acaba no momento em que o problema específico se resolve). **-Travagem** – percurso coercitivamente interrompido. **Abandono** (insustentabilidade).
- 4- **Relação de agência:** **Tipo:** Instituições: Públicas/ privadas/terceiro setor/organizações/Movimentos Sociais. **Papel:** Mediadores. Inovador/adoptante. - **Relação de poder:** Hegemônicos. Não hegemônicos. (ANDRE; ABREU, 2006)

Assim, a IS pode ser definida como um conjunto de processos, produtos e metodologias que possibilita a melhoria da qualidade de vida do outro e diminua as desigualdades. O conceito de IS tem sido considerado como uma importante estratégia para superar os desafios da sociedade em promover a inclusão e o desenvolvimento.

3.0 ESTUDO DE CASO

A presente pesquisa compreende a um estudo de caso único, em que as redes colaborativas foram compreendidas como agrupamentos em contextos específicos, com certa intencionalidade de objetivos (BOBSIN, 2014). Assim, a pesquisa, teve como finalidade compreender **como a adoção de redes de colaboração influencia a IS?**

A partir da questão central o estudo *compreendeu as motivações para a formação da rede, destacando as bases de estruturação, compreendendo como a atuação da rede influenciou a IS no seu contexto local de atuação.*

Para tanto adotou-se como estratégia de investigação uma abordagem compreensiva, multidisciplinar e explicativa do fenômeno organizacional em rede.

3.1 A unidade de análise

A pesquisa foi realizada em uma organização coletiva, compreendida como uma rede colaborativa em fase de estruturação. O coletivo, denominado aqui como REDE, é fortemente ancorado na cultura e na diversidade. Divulga, comercializa e expõe elementos culturais diferenciais, promovendo aquilo que pode ser qualificado positivamente como singular da cidade. É uma organização estruturada em rede que surgiu em 2015 por iniciativa de moradores de um complexo cultural-patrimonial, derivado da extinta viação férrea brasileira. Esse centro histórico, era visto pela população como área abandonada e de marginalização. Apesar do tombamento pelos poderes públicos, e das sucessivas administrações municipais demonstrarem preocupação e interesse quanto ao seu valor histórico e cultural, na prática pouco se tem avançado para a revitalização e proveito do complexo patrimonial.

A escolha desta rede como unidade de análise se deu em virtude da proposta de estruturação colaborativa e autogestionária. Os atores sociais se mobilizaram para diversas ações culturais que buscaram reintegrar o centro histórico abandonado à dinâmica urbana da cidade, criando espaços de socialização e convívio a partir do resgate histórico e da revalorização patrimonial do complexo arquitetônico ferroviário. Os eventos públicos realizados de forma colaborativa, em formato de um Brique, permitiram, pela primeira vez, e na perspectiva da comunidade local, uma real possibilidade de revalorização do complexo abandonado. Conforme notícias de jornais locais, os eventos públicos promovidos pela rede, chegam a atrair 10 mil visitantes por edição. Estas peculiaridades justificaram a escolha da Rede como fenômeno relevante para um estudo de caso sobre IS.

3.2 Metodologia da Pesquisa

Neste estudo de caso longitudinal, as observações duraram 24 meses. O protocolo de estudos compreendeu a organização das observações feitas na unidade de análise, do diário de campo, e dos desdobramentos da questão de pesquisa em questões que orientaram a observação. Assim, para melhor entender a complexidade do fenômeno, além das observações foram realizadas entrevistas, com a utilização de questionários estruturados e semiestruturados. As entrevistas se desdobraram em quatro seguimentos:

1) *gestores e organizadores da Rede*, 2) *expositores* 3) *público participante dos eventos da Rede* e 4) *moradores do complexo patrimonial, lócus das ações da Rede*.

Com *gestores*, (participantes chave, equipe de apoio à organização) adotou-se uma sistemática conversacional livre em torno do tema da pesquisa e dos seus desdobramentos. Isto favoreceu a emergência de novas perguntas decorrentes da interação. O roteiro teve como base a TE e abrangeu questionamentos sobre como os atores conceberam a rede, como caracterizaram o ambiente de atuação e suas fronteiras, como definem seus papéis e como descrevem as suas atuações e interações, observando os processos de comunicação, ações e resultados da rede. Para complementar as entrevistas com os coordenadores, realizou-se a **observação** das 8 (quatro) reuniões presenciais destes gestores. A observação voltou-se para o funcionamento da rede e às interações existentes, restringindo, nesse seguimento, a perspectiva do pesquisador aos problemas e às ações mais essenciais – indícios, processos e exemplos das práticas descobertas.

Com *os moradores* do complexo patrimonial, lócus das ações, buscou-se coletar informações sobre os papéis, as ações e as interações dos atores. Esta etapa foi útil para resgatar aspectos relacionados as motivações de apoio, vinculações históricas com *o lócus*, as representações sociais envolvidas e as perspectivas destes para o futuro da rede.

Com *os expositores*, o objetivo foi compreender as relações sociomateriais que ocorrem dentro da rede (entre organização e expositores), as percepções sobre as vantagens e motivações no pertencimento, os aspectos da colaboratividade e da autogestão, e também as expectativas quanto ao futuro da rede. Para complementar estas entrevistas, ocorreram 3(três) **observações** de reuniões integradas (com todos os participantes da rede). Isso possibilitou confirmar a complexidade do campo e as observações foram fundamentadas nas teorias de metodologias participativas (BROSE, 2001 e SANTOS, 2005).

Com *o público visitante*, o objetivo foi conhecer o posicionamento da Rede enquanto alternativa de impacto social. A percepção dos visitantes foi fundamental para compreender a importância dos espaços públicos como proposta para o desenvolvimento socioeconômico da cidade.

Para a análise dos dados coletados, por meio dos questionários, foram utilizadas estatísticas descritivas para as quais foi utilizado softwares SPSS200®. Primeiramente foi calculada a estatística descritiva das variáveis visando caracterizar a amostra e descrever o comportamento dos indivíduos em relação a cada um dos itens pesquisados. Com o objetivo de traçar um panorama geral do perfil dos respondentes foi calculada a frequência para melhor compreender o comportamento, as opiniões e atitudes dos indivíduos frente aos fatores investigados, também foram calculadas a média, a mediana e o desvio padrão das respostas.

Para as observações, utilizou-se como parâmetro um protocolo de observação, baseado na TE, já utilizado e validado por Bobsin & Hoppen (2014) para a observação de redes. Deste modo, observaram-se as notícias locais, redes sociais, documentos, legislações e todos os aspectos sociais e legais que envolveram a formação da rede no contexto cultural local e regional. Destaca-se que da observação longitudinal, resultou em uma coleta e análise concomitante derivada da recorrente necessidade de retornar à coleta de dados no decorrer da análise, assim, caracterizamos a coleta como longitudinal. Por fim, as informações coletadas a partir das diversas fontes foram sumarizadas e comparadas com base nas temáticas que emergiram das aproximações teóricas entre redes colaborativa, IS e a TE.

A Figura 1 ilustra o protocolo utilizado para observação e análise baseado no modelo, validado por Bobsin & Hoppen (2014) e que balizou a análise e as discussões dos resultados.

Figura1: Protocolo de observação e análise

<i>Elementos da Teoria</i>		<i>Elementos de Observação e Análise</i>
<i>Dimensões tempo e espaço</i>		Fronteiras da rede: os espaços de interação presenciais e virtuais, seus membros, entender a rede no contexto da organização, o resultado e temporalidade de suas ações.
<i>Dualidade da Estrutura</i>	<i>Significação</i>	Entendimento dos atores quanto a rede, as interações, papéis e o poder por eles exercido nas redes virtuais e na organização.
	<i>Dominação</i>	Observar o acesso e a distribuição dos recursos. (assimetria).
	<i>Legitimação</i>	O que é apropriado para o contexto de rede (Sanções ou reprovações).
	<i>Esquema Interpretativo</i>	Conhecimentos compartilhado pelos atores, interpretação dos eventos, comunicações e comportamentos.
	<i>Facilidade</i>	Recursos(materiais ou não), cargos, conhecimentos específicos, entre outros.
	<i>Normas</i>	Normas e regras(tácitas ou não) da rede e da organização.
	<i>Comunicação</i>	Elementos dos processos comunicacionais-conteúdo, discurso, simbologias e linguagens.
	<i>Poder</i>	Intervenções Individuais e organizacionais nas práticas e ações sociais.
	<i>Sanção</i>	Aprovações, confirmações e medidas repressivas quanto as ações e práticas dos autores.

Fonte: Adaptado de BOBSIN & HOPENN, (2014).

Por fim, as informações coletadas a partir das diversas fontes foram sumarizadas e comparadas com base nas temáticas que emergiram das aproximações teóricas entre redes colaborativa, IS e a TE. Na seção serão apresentadas as análises e os elementos teóricos -contextuais a partir de uma visão compreensiva e interpretativa do caso estudado.

4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir serão apresentados os resultados e feita a discussão do caso analisado:

4.1Motivações para a formação da Rede Colaborativa

A motivação humana pode ser considerada como um processo psicológico estreitamente relacionado com o impulso de realizar com persistência determinados comportamentos (TAMAYO, *et. al.* 2001). Assim, o comportamento é percebido como sendo provocado e guiado por metas da pessoa, que realiza um esforço para atingir determinado objetivo (PASCHOAL,2003). Ao se analisar os discursos, os dados e os registros escritos, observou-se que as motivações para a formação da Rede, estão correlacionadas à construtos como *memória, identidade e representação* do complexo patrimonial onde ocorre os eventos da Rede. Estes três elementos estão claramente imbricados na percepção, nos discursos e nas práticas de três seguimentos investigados (*moradores, organizadores e expositores*).

Para moradores, o valor da Rede está associado a revitalização, ao trazer de volta a circulação de pessoas, e ao despertar nas gerações atuais e futuras a história e a importância que o local teve no passado. Verifica-se aí, um sentido a ser recuperado pela Rede para sua legitimação sociocultural. A identidade é percebida pelo sentimento de pertencimento, tanto dos organizadores quanto dos moradores do complexo que por descendência ou herança se identificam como parte do passado ferroviário e da história que o complexo patrimonial abriga.

Os expositores, por sua vez, além de oportunidade de divulgar seus produtos, buscam criar artefatos que resgatem a identidade local ferroviária. Isto é verificado para além das falas, mas, também por meio da iconografia averiguada em alguns produtos expostos. Destaca-se que entre os expositores, existe a percepção de oportunidade na participação. Fica claro a intuição de que algo importante está acontecendo ali e que se fazer presente nos dias de evento agrega valor aos produtos oferecidos.

Em todos os segmentos investigados, o aspecto da representação fica evidenciado, na tentativa de “patrimonializar o passado cultural da cidade” e na tentativa de dotar de sentido o lugar para a valorização e conservação do “espaço”. Este espaço formado (pelas relações que ali ocorrem) não é visto como sendo dos moradores ou de expositores, mas como um espaço público onde todas as esferas podem se envolver para gerar revitalização, para execução de práticas culturais e para a produção de sentido cultural público.

4.2 Bases de Estruturação da Rede

As bases externas de estruturação da Rede são parcerias que partem de um esquema interpretativo de **identidade coletiva**. Essa identificação é resgatada pela história ferroviária do município e reforçada pela materialidade estética do complexo patrimonial. A identidade coletiva é uma representação que se amplia até ser corroborada por toda a população (CHARTIER, 1990). Nesse sentido, Siqueira Neto (2011), ao tratar de patrimônio cultural, volta-se as representações e identidades:

Os lugares e objetos que integram o inventário do patrimônio, [...] buscam criar em vários termos, representações da nacionalidade, da cultura, da memória ou de outros valores. Não são simples reflexo da memória e cultura. São trabalhados nos processos de diferenciação e disputas sociais, construídos dentro das relações de poder, ao mesmo tempo que as produzem. [...] qualquer patrimônio mais que simples documento de um tempo passado, participa na construção de referências, às identidades individuais e coletivas.

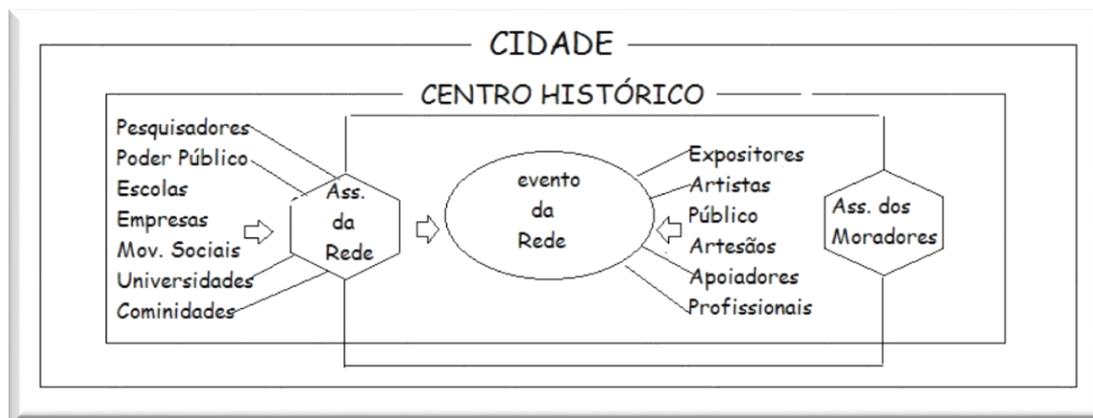
Durante a pesquisa observou-se um movimento, por parte do clube de diretores lojistas local (CDL), de propor ações concorrentes as operações da rede. Esta rivalização não perdurou, nem demonstrou impacto nas práticas, ou nos processos de legitimação da Rede. Contudo, evidenciou conflitos de interesses que se originaram a partir da proposta de representação que se dava principalmente pela rápida construção da identidade coletiva que vinha se estabelecendo pela estruturação da Rede. Verificou-se, instituições parceiras em vários segmentos, como empresas, escolas, secretarias, movimentos sociais, universidades e ONG'S. Estes parceiros também manifestaram a percepção de que para além de lazer e comercialização de produtos, algo importante acontece no local. Assim, na perspectiva de socialização, esses parceiros passam se não a partilhar, ao menos, demonstrar apoio aos valores culturais e as proposições da Rede.

Quanto a estruturação interna, na perspectiva de tempo e espaço, a TE destaca a *presence-availability*. Essa noção de “disponibilidade de presença” é um complemento essencial da co presença. O “estar junto” da co presença requer meios pelos quais os atores sociais possam “juntar-se” (GIDDENS, 2009, p. 144). Contudo, aponta-se que a excessiva utilização das redes sociais, para os processos de comunicação, imprime nos membros a noção de que a finalidade última da Rede é apenas a realização dos eventos públicos bem-sucedidos. Isso limita preocupações sociomateriais dos membros em relação a responsabilidades com a Rede. Como, por exemplo, a necessidade de se pensar nos custos e no planejamento para continuidade e legitimação da Rede. A interação com o público visitante, fora dos momentos presenciais nos dias de evento, se dá exclusivamente por meio de redes sociais e demonstra ser efetiva e eficiente.

Quanto a dualidade de estrutura, fica evidenciada a fluidez das relações de poder. A designação de tarefas e a iniciativa de ações que contribuam para o objetivo da Rede, não são percebidas pelos participantes como hierarquizadas, ou de caráter individual. Isso indica o caráter autogestionário da Rede. Contudo, destaca-se forte percepção quanto a assimetria de recursos, no que se refere a distribuição dos espaços físicos para “stands” nos dias de evento. Os expositores mais antigos ou mais ativos, acabam por ter espaços considerados mais privilegiados, ou seja, mais acessíveis ao público visitante. Assim, as relações de dominação, quando existem, se estabelecem pelo nível de participação, atividade e tempo de permanência na Rede.

A Figura 2 sintetiza a posição da rede no contexto municipal e situa as interações sociais que estabelecem entre os atores.

Figura 2: Estruturação da Rede



Fonte: Elaborada pelas autoras (2017).

O dualismo “indivíduo e sociedade” para Giddens (2009), em particular, é reconceituado como dualidade de agência e estrutura. A TE, assinala que *estrutura, sistema e reprodução social*, definem *regionalização*. Este conceito é útil porque começa apontando o caminho como os interesses dos agentes se entrecruzam com o estudo de sistemas sociais estendidos sobre vastos lapsos de tempo e espaço (GIDDENS, 2009, p. 191). Assim, após compreendida estas relações para o autor, o passo seguinte, consiste em observar em maior detalhe o conceito de sociedade. Nesse sentido a Figura 2 procurou sintetizar as relações entre “indivíduos”, de modo situado e contextualizado, como agentes reflexivos, ligando reflexividade com posicionamento e co presença, para balizar a discussão do impacto da Rede na IS.

4.3 Influências da Rede Colaborativa no contexto local e na IS.

“Sociedades” são sistemas sociais que se constituem de uma série de relações sistêmicas [...] destacam-se porque princípios estruturais definidos servem para produzir um “aglomerado de instituições” global através do tempo e espaço (GIDDENS, 2009, p. 194). Acrescenta-se ainda como princípio, a existência de elementos normativos que envolvem a pretensão de legítima ocupação do local. Os modos e estilos de tais pretensões de legitimidade podem, é claro, ser de muitos tipos, e ser contestados em maior ou menor grau. Durante as observações, verificou-se uma nascente mobilização em torno de negócios criativos, exemplificados pela inauguração de dois pequenos negócios pioneiros, voltados para a área criativa em imóveis desocupados do centro histórico. Além disso, foi possível observar outras iniciativas em direção a ressignificação e ocupação de espaços públicos. Como por exemplo, a realização de uma feira gastronômica, com exposição de produtos criativos e artesanato local em outra praça pública da cidade. Também se verificou uma iniciativa paralela, de realização de um outro Brique (com características semelhantes ao original), por membros da Rede, em um bairro periférico da cidade.

Assim, a influência da Rede na IS, revelou-se preponderante na cidade e nas localidades próximas. Observou-se nas reuniões ampliadas, tentativas de artesãos de localidades vizinhas em promover eventos semelhantes em suas localidades, “levando a iniciativa” para outros lugares. Esses impactos foram verificados tanto na consciência prática, expressos na inspiração para outras ações sócio criativas na cidade, quanto na consciência discursiva expressa no projeto de lei que tramitou na câmara em caráter de prioridade. Portanto, pode-se afirmar que há indícios de que as ações da Rede, influenciaram ou aceleraram processos que podem ser entendidos como IS. Contudo, é válido esclarecer, segundo a TE, que considerando a reflexividade e a reprodução social, os indivíduos podem estar cômicos de pertencer a uma coletividade determinada sem concordar em que isso seja necessariamente correto e apropriado (GIDDENS, 2009, p.194).

4.5 Como a IS se estrutura a partir de uma Rede Colaborativa?

Revela-se como principal fator de estruturação e contribuição da Rede para a IS, **o poder de agência** constatado na estruturação da Rede. Para Giddens (2009), ser agente pressupõe ser capaz de exibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. Deste modo, aponta-se, nesta pesquisa para a reapropriação do centro histórico como espaço público. Essa reapropriação se dá principalmente pelo segmento de cidadãos visitantes do Brique. Em todas as observações, feitas nos Briques da Rede, sempre se verificou uma variedade de produtos artesanais, culturais e gastronômicos, ofertados aos visitantes, entretanto, mais do que materialidade, representada por esses produtos, verifica-se que o Brique promovido pela Rede é também feito em grande parte de sociabilidades. A sociabilidade é conceituada neste estudo, como “processos interativos, representativos e simbólicos, relacionados as experiências vividas que constroem interações de rua, enquanto espaço de vida pública (LEITE, 2008, p.24).

Para se compreender esse processo de sociabilidade, é necessário retomar a informação de que inúmeras iniciativas, inclusive de tombamento patrimonial, buscaram revitalizar o centro histórico, contudo, nenhuma ação anterior promoveu maior

participação social do que a verificada no Brique. Para Giddens (2009) o poder de agência, depende da capacidade de “se criar uma diferença” em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistentes. Deste modo, destaca-se que o poder de agência da Rede se diferencia das tentativas anteriores de reordenamento estético ou valorização cenográfica. O elemento novo, que acaba por dar suporte a IS é evidenciado nas novas conexões lógicas entre ação e poder. Para Giddens (2009) embora as ramificações destes dois construtos sejam complexas, a relação básica envolvida entre eles pode ser facilmente apontada. Assim, verifica-se como estratégia da Rede **a invocação da memória coletiva** que na visão de Le Goff (2006) é um instrumento e objeto de poder.

Vale a pena enfatizar este ponto porque as concepções de poder nas ciências sociais tendem, de acordo com Giddens (2009) a refletir o dualismo de sujeito e objeto. Na TE a dualidade das estruturas de poder não se caracteriza por tipos específicos de conduta, mas toda a ação e o poder, não é em si mesmo um recurso. Os recursos são veículos através dos quais o poder é exercido, como um elemento rotineiro da exemplificação da conduta na reprodução social (GIDDENS,2009, p. 18). Portanto, mesmo que de modo intuitivo, a invocação da memória coletiva, é usada de forma eficiente pela Rede. Essa estratégia não só sustenta o poder de agência como também confere os meios legítimos de estruturação enquanto organização social. Essa integração alavanca e possibilita a IS resultante das interações da Rede na sociedade local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar de forma global a experiência de estruturação da Rede e os impactos que ela apresentou no contexto de desenvolvimento local. Não se pode deixar de mencionar a originalidade da proposta. As concepções anteriores de revalorização do complexo patrimonial pautaram-se em estratégias de valorização cenográfica. Visaram, a priori, promover um reordenamento estético para fins imobiliários, comerciais ou turísticos, entendendo o patrimônio como um mecanismo/recurso de ordem utilitária. Destaca-se que a Rede, mesmo que de forma intuitiva atuou com uma lógica diversa. Concebeu a proposta de reintegração do centro histórico à dinâmica urbana da cidade, na perspectiva de categorizar o patrimônio como mecanismo simbólico, pautando-se na construção de artifícios de representação que promovessem a ressignificação das tradições e identidades locais.

Assim, se as propostas anteriores buscaram recuperar o campo da materialidade estética, a proposta da Rede buscou resgatar rituais culturais e as possibilidades de transformação do espaço que são bens intrinsecamente intangíveis. Naturalmente, este tipo de categorização trará vantagens de ordem utilitárias, como novos investimentos e valorização imobiliária. Ao se resgatar a reflexão de que o diferencial de uma rede colaborativa é o quadro de coexistência entre o universo simbólico e o mundo concreto que pode transmutar a criatividade em catalisador de valor econômico (REIS *et al*, 2008), verifica-se que este diferencial apresentado pela rede colaborativa, alinha-se as condições e premissas de uma abordagem de economia criativa.

Ao mesmo tempo, a Rede Colaborativa, investigada pode ser vista também como uma IS à medida que é um método-estrutura que estimula e potencializa outras ações de IS. Para André & Abreu, (2006) a IS pode ser compreendida como resposta nova e socialmente reconhecida, visando e gerando a mudança social, [...] capacitando os agentes e desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa nas relações de poder. Para Giddens (2009) ser capaz de “atuar de outro modo”, significa ser capaz de intervir no mundo. Aí reside, portanto, o potencial de agência da Rede. Sugere-se como

estudos futuros a investigação sobre o nível de consciência desses atores sobre o poder de agência que detêm, e de como essa apropriação teórico-empírica poderia influenciar os comportamentos dos agentes para maximizar o desempenho da Rede em promover a IS.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Karl. *Revolução nos Serviços: Como as Empresas podem Revolucionar a Maneira de Tratar os seus clientes*. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1994. 254 p.

ANDRE, I; ABREU, A. Dimensões e espaços da Inovação Social. **Revista Finisterra**, XLI, Lisboa/Portugal, n.81, p. 121-141, 2006.

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA (ADESM). Sítio eletrônico. Disponível em: <http://adesm.org.br/santa-maria>. Acessado em 14 de Jul de 2016.

BOBSIN, D.; HOPPEN, N. Estruturação de Redes Sociais Virtuais Organizacionais: um Estudo de Caso. *Revista de Administração (FEA-USP)*, v. 49, p. 339-352,

2014BRUNO, A. C. M.; FILIPECKI, A. T. P.; Carla Bretas; Calil, M R; Maranhão, S A C L. Mapeamento da produção de conhecimento em economia criativa. **Revista Design, Inovação e Gestão Estratégica - REDIGE**, v. 2, p. 305-342, 2011.

CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

CASTELLS, M., CARDOSO G. (2005). *A sociedade em rede: Do conhecimento a ação política*. Imprensa Nacional. Casa da Moeda.

CAVES, R. E. **Creative industries – Contracts between art and commerce**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; *passim*.

COMISSÃO EUROPEIA. *Estratégia Europa 2020*. Disponível em: http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm

FLEURY, S.; OUVENEY A.M. *Gestão de redes: A estratégia de Regionalização de política de saúde*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2007. 204 p.

FLEURY, S. *Observação de inovação social*. Buenos Aires; Argentina: 2001.

FLORIDA, Richard, **The flight of the creative class**. New York: Harper Business, 2005.

GIDDENS, A. *A constituição da Sociedade*. Tradução Álvaro Cabral. – 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Gregor, S. (2006). The nature of Theory in Information Systems. *MIS Quarterly*, 30 (3), 611-642.

HARTLEY, John (Ed.), **Creative industries**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

HOWKINS, John, **The Creative economy – How people make money from ideas**. London: Penguin Books, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003, 5. Edição.

LEITE, Rogério Proença (org.) **Cultura e vida Urbana: Ensaios sobre a cidade**. São Cristovão: Editora; UFS, 2008 p.129-144

MARTINELLI, F, MOULAERT, F; SWYNGEDOUW, E; AILENEI, O. Social innovation, governance and community building. **Singocom**, 2003. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf.

Pozzebon, M., & Pinsonneault, A. (2005). Challenges in conducting empirical work using structuration theory: learning from IT research. *Organization Studies*, 26(9), 353-1376.

PASCHOAL, TATIANE; Alvaro Tamayo ; A relação da motivação para o trabalho com as metas do trabalhador. RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso), v. 7, p. 33-54, 2003.

REIS A.C.F, KAGEYAMA P. (orgs). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Garimpo de Soluções,2008.

SANTA MARIA. RS. Câmara Municipal de Vereadores. **Projeto de Lei nº 8329/2015PL**.Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/Projeto-de-Lei/2015/1/0/7294> Acesso em 14 de jul de 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola; Centro João XXIII, 1993.

SIQUEIRA NETO, M. Marcionilo. Sob o véu do patrimônio cultural: uma análise dos processos de tombamento em Pernambuco (1979-2005). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em memória social e patrimônio cultural. UFPEL, 2011, p. 15 et seq.

SANTOS, A. D. dos. Metodologias participativas: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005.

BROSE, Markus. Metodologia participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

TAMAYO, A. et al. Prioridades axiológicas e comprometimento organizacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 17, p. 27-35, 2001.

Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.